

DIREITO DO TRABALHO

- 1) A origem histórica do Direito do Trabalho está vinculada ao fenômeno conhecido sob a designação de “Revolução Industrial”. O desenvolvimento técnico das máquinas acarretou mudanças no setor produtivo e deu origem à classe operária, transformando as relações sociais. Assim, o Direito do Trabalho surge no século XIX, na Europa, em um mundo marcado pela desigualdade econômica e social. Pode-se afirmar como principais causas de sua gênese no cenário da época:

I - O liberalismo político e a liberdade econômica sem limites, com opressão dos mais fracos, gerando uma nova forma de escravidão ;

II - O emprego generalizado de mulheres e menores suplantando o trabalho dos homens, já que a máquina reduziu o esforço físico, tornando possível a utilização das “meias-forças” não preparadas para reivindicar;

III - Salários ínfimos, jornadas desumanas e condições de higiene degradantes;

IV - As lutas de classes;

V - A Encíclica *Rerum Novarum* (coisas novas), de Leão XIII, considerando o trabalho como elemento da dignidade humana e preconizando o salário justo.

Analise as proposições supracitadas e assinale a alternativa **correta**:

- a) todas as proposições são verdadeiras;
 b) todas as proposições são falsas;
 c) apenas a primeira proposição é verdadeira;
 d) apenas a última proposição é verdadeira;
 e) apenas as proposições II, III e IV são verdadeiras;

- 6) A hermenêutica, de origem etimológica grega, tem sua genealogia no deus Hermes, que era o intérprete da vontade divina. A hermenêutica jurídica, no dizer de alguns doutrinadores, “é a teoria científica da arte de interpretar”, ou “processo mental de pesquisa de conteúdo real da lei.” Dentre os vários métodos de interpretação, assinale aquele que corresponda à interpretação elaborada pelo próprio órgão que editou a norma declarando o seu sentido e conteúdo por meio de outra norma jurídica:

- a) extensiva;
 b) analógica
 c) autêntica;
 d) restritiva;
 e) histórica.

- 3) Determinado princípio geral do direito do trabalho prioriza a verdade real diante da verdade formal. Assim, entre os documentos que disponham sobre a relação de emprego e o modo efetivo como, concretamente, os fatos ocorreram, deve-se reconhecer estes em detrimento daqueles. Trata-se do princípio:

- a) da razoabilidade;
 b) da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas;
 c) da primazia da realidade;
 d) da prevalência do legislado sobre o negociado;
 e) da condição mais benéfica.

4) De forma excepcional, a legislação trabalhista permite a contratação de trabalhador temporário. A lei que regula a matéria impõe condições para a validade da contratação, bem como, assegura direitos ao trabalhador temporário. A respeito é possível dizer que:

I – Que o contrato não poderá exceder a dois anos de serviço para o mesmo tomador, salvo se autorizado pelo Ministério do Trabalho;

II – Que o contrato só terá validade para atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços;

III – Fica assegurado ao trabalhador temporário remuneração equivalente à percebida pelos empregados da mesma categoria da empresa tomadora ou cliente calculado à base horária, garantida, em qualquer hipótese, a percepção do salário mínimo regional;

IV – Ao trabalhador temporário é devido o aviso prévio, quando do término do contrato firmado com a empresa que o contratou.

RESPONDA:

- a) apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras;
 b) apenas as afirmativas II e III são verdadeiras;
 c) apenas a afirmativa IV é verdadeira;
 d) apenas as afirmativas I e III são verdadeiras;
 e) todas as afirmativas são falsas.

5) Assinale a proposição **incorreta**:

- a) Não haverá discriminação entre trabalhadores indígenas e os demais trabalhadores, aplicando-se-lhes todos os direitos das leis trabalhistas e de previdência social.
 b) Os contratos de trabalho ou locação de serviços realizados com indígenas em processos de integração ou habitantes de parques ou colônias agrícolas, dependerão de prévia aprovação do órgão de proteção ao índio, obedecendo, quando necessário, a normas próprias.

- c) É nulo o contrato de trabalho celebrado com índios considerados isolados, por viverem em grupos desconhecidos ou que se possuem poucos ou vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional.
- d) Em caso de prestação de serviços por indígenas não integrados, o órgão de proteção ao índio exercerá permanente fiscalização das condições de trabalho, denunciando os abusos e providenciando a aplicação das sanções cabíveis.
- e) O órgão de assistência ao indígena propiciará o ingresso, em seus quadros, de índios em vias de integração, estimulando a evolução e a participação dos silvícolas considerando isolados.

6) João, cumprindo pena em regime semi-aberto, foi contratado pela empresa WXYC, por força de convênio celebrado com o Estado, para exercer as funções de auxiliar de serviços gerais, recebendo um salário mínimo por mês. Dois anos depois, ao terminar o cumprimento da pena, João foi dispensado, não recebendo qualquer indenização. Diante de tais fatos, assinale a resposta **correta**:

- a) Ao caso de João não se aplica a Consolidação das Leis do Trabalho;
- b) Parte da indenização ficou retida para servir ao ressarcimento dos tributos incidentes sobre o trabalho concedido pela empresa;
- c) Se as tarefas fossem executadas como prestação de serviços à comunidade, a indenização devida reverteria integralmente para o Estado, como forma de ressarcimento de despesas;
- d) Seriam devidas somente as parcelas de férias e de 13º salário, pagas diretamente à família de João, por se tratar de contrato de trabalho condicionado;
- e) As parcelas decorrentes da dispensa ficaram retidas para abater da indenização devida pelos danos causados pelo crime.

7) Com relação ao adicional noturno, é **correto** dizer que:

- a) corresponde ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora trabalhada no período das 21h às 5h na pecuária;
- b) corresponde ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora trabalhada no período das 20h às 5h na lavoura;
- d) corresponde ao acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre a hora trabalhada pelo médico no período das 21 às 4 horas.

- c) corresponde ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora trabalhada pelo advogado no período das 20h às 5h;
- d) corresponde ao acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre a hora trabalhada pelo médico no período das 21h às 4h;
- e) corresponde aos acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre a hora trabalhada pelo aeronauta no período das 23h às 6h, em vôo permanente.

8) Sob o pretexto de que a legislação trabalhista, além de onerar demasiadamente o empregador, não permite flexibilizar a aplicação das normas legais, dificultando a gestão empresarial, os neoliberais têm insistido na tese de que a negociação coletiva de trabalho deva prevalecer sobre as correspondentes leis.

Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**:

I – Tal tese não se coaduna com a hierarquia das fontes formais de direito;

II – As razões invocadas pelos neoliberais não procedem, eis que nosso sistema legal já contempla a flexibilização de importantes aspectos da relação de emprego, dentre outros, a utilização de trabalhadores de empresas de trabalho temporário (Lei nº 6.019/74), ampla liberdade patronal para despedir os empregados (Lei nº 8.036/90 do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e a terceirização de serviços em determinadas hipóteses (Súmula 331 do TST);

III – A prevalência do negociado sobre o legislado não afronta a tradição jurídica brasileira, mesmo porque os direitos trabalhistas não integram o rol dos direitos fundamentais na Constituição de 1988;

IV – O Brasil ratificou dezenas de convenções internacionais do trabalho, cujos preceitos passaram a integrar o nosso direito positivo e não podem ser derogados pelos instrumentos da negociação coletiva;

V – Se o art. 7º da Lei Maior relaciona os direitos do trabalhador, “além de outros que visem a melhoria de sua condição social”, e somente em três deles admite a derrogação do comando legal pelos instrumentos da negociação coletiva, o contrário-senso não permite a pretendida flexibilização nas demais hipóteses, até porque ela está autorizada nos dois aspectos da relação de emprego, quais sejam, salário e jornada de trabalho.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) apenas a proposição I está correta;
- c) apenas a proposição III está incorreta;
- d) apenas a proposição V está incorreta;
- e) todas as proposições estão incorretas;

9) Dispõe o art. 444 da CLT: “ As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes”. Tal preceito encerra um princípio do direito civil aplicável no âmbito trabalhista, no caso:

- a) o princípio do *pacta sunt servanda*;
- b) o princípio da autonomia da vontade;
- c) o princípio *rebus sic standibus*;
- d) o princípio do contraditório;
- e) o princípio do congelamento.

10) Analise as proposições abaixo relativas à hierarquia/conflitos das fontes do Direito do Trabalho e, a seguir, assinale a resposta **correta**:

I - A lei é a principal fonte do Direito do Trabalho;

II - A Constituição encontra-se no ápice da pirâmide das fontes, seguida da lei complementar, da lei ordinária, da lei delegada, do decreto legislativo, dos decretos (regulamentos), das portarias, da sentença normativa, do laudo arbitral, da convenção coletiva, dos acordos coletivos, do regulamento interno da empresa e do contrato de trabalho;

III - Havendo conflito entre as fontes estatais (leis) e as internacionais, prevalecem as primeiras;

IV - Se o conflito se estabelece entre as fontes estatais (leis) e a sentença normativa, prevalece esta última;

V - A jurisprudência, embora não se situe entre as fontes formais, pode ser incluída na classificação de fonte informativa ou intelectual, dada a sua importância para o Direito do Trabalho, em particular.

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) todas as alternativas estão erradas;
- c) as alternativas I e V estão erradas;
- d) apenas a alternativa V está correta;
- e) as alternativas III e IV estão erradas.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

11) Uma das mais importantes Convenções da OIT sobre matéria sindical é a de n. 87. Analise as proposições abaixo, assinalando a alternativa **correta**:

I – O Brasil ainda não ratificou a Convenção n. 87 e, caso o faça, acarretará modificação na legislação brasileira, já que a Lei Maior de 1988, a despeito de haver consagrado a autonomia sindical, manteve a unicidade sindical em seu art. 8º, II;

II - No Brasil, há imposição legal quanto à criação de apenas uma entidade sindical, de determinada categoria, de qualquer grau, na mesma base territorial. Essa base territorial não poderá ser inferior à área de um Município;

III - O Brasil já aprovou a Convenção n. 87, consagrando a liberdade sindical no *caput* do art. 8º;

IV - No Brasil, a legislação em vigor obriga todos os integrantes das categorias profissionais ou econômicas, sejam ou não associados aos sindicatos, a pagar o imposto sindical, denominado contribuição sindical;

V - A Convenção n. 87 consagra o direito do indivíduo à filiação sindical, não fazendo qualquer alusão ao dever de sindicalização. O princípio da liberdade sindical é incompatível com a sindicalização obrigatória.

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) apenas a alternativa III está incorreta;
- c) todas as alternativas estão incorretas;
- d) apenas as alternativas IV e V estão corretas;
- e) apenas as alternativas I e II estão corretas.

12) No dizer de Orlando Gomes, a sentença normativa:

I – Tem sua eficácia limitada ao território de jurisdição do tribunal regional do trabalho;

II - A sentença normativa, como a lei, produz efeitos *erga omnes*, distinguindo-se dela pelo raio de ação de seus efeitos específicos, limitada que está a condições de temporariedade, campo individual e espaço territorial de sua aplicação;

III - Do ponto de vista da imperatividade de suas normas, assemelha-se à lei pela inderrogabilidade de suas decisões;

IV - Os contratos individuais de trabalho não podem ajustar cláusulas menos favoráveis do que as previstas na sentença normativa;

V - A sentença normativa é fonte de hierarquia superior ao contrato ou convenção coletiva, situando-se, porém em plano inferior ao da lei.

Após analisar as proposições supracitadas, responda:

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) todas as alternativas estão incorretas;
- c) apenas uma alternativa está correta;
- d) apenas duas alternativas estão incorretas;
- e) apenas três alternativas estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

13) Determinados princípios do Direito Processual Civil são comuns ao Direito Processual do Trabalho. Marque a resposta **correta**:

- a) princípios da preclusão, do dispositivo e da proteção;
- b) princípios da eventualidade, inquisitivo e da *perpetuatio jurisdictionis*;
- c) princípios da concentração, oralidade e simplicidade das formas;
- d) princípio da conciliação, da indisponibilidade e normatização coletiva;
- e) princípio da despersonalização do empregador, do juiz natural e da ideologia.

14) A partir de 1998, houve profundas modificações na competência da Justiça do Trabalho e na organização e composição de seus órgãos, tais como: a possibilidade de “executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, a e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir”; a extinção da representação classista e a denominação de Varas do Trabalho para as antigas juntas de conciliação e julgamento e do juiz singular; o acréscimo do número de ministros para o Tribunal Superior do Trabalho. Assinale a alternativa **correta** que corresponda às Emendas Constitucionais supracitadas no enunciado desta questão, respectivamente:

- a) Emendas Constitucionais n. 45, 30 e 18;
- b) Emendas Constitucionais n. 45, 30 e 40;
- c) Emendas Constitucionais n. 18, 30 e 45;
- d) Emendas Constitucionais n. 18, 20 e 47;
- e) Emendas Constitucionais n. 20, 24 e 45.

15) A Súmula 207 do Tribunal Superior do Trabalho estabelece que “a relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviços e não por aquelas do local da contratação”. Trata-se do princípio:

- a) *Ratione loci*;
- b) *Due process of law*;
- c) *Lex loci executionis*;
- d) Foro privilegiado;
- e) Extraterritorialidade.

16) Na lição de *Chiovenda*, as ações individuais podem ser classificadas em ações de conhecimento, executivas e cautelares. *Pontes de Miranda* apresenta uma quarta espécie de ação: a ação mandamental. São exemplos desse tipo de ação:

- a) ação consignatória e reconvenção;
- b) mandado de segurança e ação direta de inconstitucionalidade;
- c) ação de reintegração e de cumprimento;
- d) mandado de segurança e de injunção;
- e) ação rescisória e civil pública.

17) No afã de tornar o processo do trabalho mais célere e seguro, foi editada a Lei n. 9.957/2000, instituindo o procedimento sumaríssimo. Analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

I - Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional;

II - Não se fará citação por edital;

III - O procedimento sumaríssimo só tem lugar nas ações trabalhistas individuais cujo valor da causa seja maior que dois salários mínimos e menor do que quarenta salários mínimos;

IV - As partes serão intimadas da sentença na própria audiência em que prolatada;

V - As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento, independentemente de intimação.

- a) as alternativas I, II, III e IV estão corretas;
- b) apenas as alternativas III e V estão incorretas;
- c) todas as alternativas estão corretas;
- d) todas as alternativas estão incorretas;
- e) apenas a alternativa II está incorreta.

18) Em audiência, se a parte impugnar o valor fixado à causa e o juiz o mantiver, o recurso cabível é:

- a) agravo de instrumento no prazo de oito dias;
- b) pedir revisão da decisão, no prazo de quarenta e oito horas, ao Presidente do Tribunal Regional;
- c) embargos declaratórios no prazo de cinco dias;
- d) recurso inominado;
- e) a decisão é irrecorrível, devendo a parte argüir preliminar quando da interposição do recurso ordinário.

19) Em linguagem poética, *Liebman* dizia que a ação rescisória tem o corpo de uma ação, mas a alma de um recurso. Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) a CLT prevê a possibilidade de ajuizamento de ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho, observando-se os dispositivos do CPC, inclusive quanto ao depósito prévio exigido pelo art. 488, II do estatuto processual civil;
- b) a petição inicial será elaborada com observância dos requisitos essenciais do art. 282 do CPC;
- c) o Ministério Público tem legitimidade para propor a ação;
- d) a competência originária para processar e julgar a ação rescisória é dos Tribunais;
- e) para contestar a ação, o prazo pode variar, a critério do juiz relator, entre quinze e trinta dias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

20) Observadas as assertivas abaixo quanto à tutela reintegratória:

I - Visa a dar efetividade à norma material não observada;

II - Tem como pressuposto a existência de um ato ilícito;

III - Pressupõe a existência de dano;

IV - Visa o ressarcimento do dano;

V - Para a sua concessão é irrelevante a ocorrência de dano ou a sua probabilidade;

VI - Visa à eliminação da causa do dano;

VII - É espécie de tutela antecipada que visa à reintegração do empregado estável.

Assinale a afirmativa **correta**:

- a) somente as assertivas I, II, III e VI estão corretas;
- b) somente as assertivas I, II, V e VI estão corretas;
- c) somente as assertivas I, II, V e VII estão corretas;
- d) somente as assertivas I, II, III e IV estão corretas;
- e) somente as assertivas I, II, III, IV e VII estão corretas.

21) Assinale o princípio que não é informativo do processo civil:

- a) Princípio inquisitivo;
- b) Princípio do contraditório;
- c) Princípio da oralidade;
- d) Princípio da verdade real;
- e) Princípio da boa-fé.

22) No que se refere ao litisconsórcio, é correto afirmar que:

- a) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que seus interesses sejam opostos ou distintos;
- b) o juiz não pode limitar o litisconsórcio facultativo, haja vista o direito de ação constitucionalmente consagrado;
- c) a confissão feita por um dos litisconsortes estende-se aos demais;
- d) há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes;

e) apenas o litisconsorte-cabeça tem o direito de promover o andamento do processo, devendo ser intimado de todos os atos.

23) No que se refere à citação, marque a alternativa **incorreta**:

- a) a citação é o elemento instaurador do indispensável contraditório no processo e, sem ela, todo o procedimento se contamina de irreparável nulidade, impedindo a sentença de fazer coisa julgada;
- b) o comparecimento espontâneo do réu supre a falta de citação;
- c) não se fará a citação se o réu é demente ou está impossibilitado de recebê-la;
- d) mesmo que ordenada por juiz incompetente, a citação interrompe a prescrição e constitui em mora o devedor;
- e) nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária a citação é dispensável, ainda que envolvam interesses de terceiros;

24) Determinado cidadão propôs ação mobiliária contra outro. Todavia, não promoveu a citação da mulher do réu e, no mérito, veio a perder a causa. Tal cidadão poderá pretender anular o processo, à luz da legislação processual civil?

Assinale a alternativa **correta**:

- a) sim, já que o processo é nulo, por vício de citação;
- b) não, pela inobservância de determinada forma;
- c) apenas o Ministério Público poderá anular o feito.
- d) o juízo arbitral decidirá a controvérsia.
- e) sim, porque convalidada a nulidade com o julgamento.

25) A perempção do direito de demandar ocorre, quando:

- a) o autor dá causa a três extinções do processo, com fundamento no art. 267, III do CPC;
- b) o autor dá causa a dois arquivamentos com base no art. 267, IV do CPC;
- c) o processo ficar parado por mais de um ano, por negligência das partes;
- d) inexistir perempção do direito de demandar;
- e) ocorrer confusão entre autor e réu.

26) No que concerne ao incidente de uniformização da jurisprudência, o art. 476 do CPC pressupõe, em primeiro lugar, que haja julgamento em curso perante órgão de tribunal. Não, porém, qualquer órgão, somente:

- a) Turma, Câmara ou Órgão Especial;
- b) Órgão Especial e Tribunal Pleno;
- c) Turma, Câmara ou Grupo de Câmaras;
- d) Tribunal Pleno, Órgão Especial e Turma;
- e) Grupo de Câmaras e Órgão Especial.

27) Em matéria de recurso adesivo, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o recurso adesivo é admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso principal;
- b) não será conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto;
- c) o prazo para a interposição do recurso adesivo é o de que a parte dispõe para responder, ou seja, quinze dias;
- d) nas causas contra a Fazenda Pública, na hipótese de sucumbência recíproca, os autos subirão ao tribunal, obrigatoriamente; todavia, o recurso adesivo do adversário só será admissível, caso aquela tenha apelado;
- e) o terceiro interessado e o Ministério Público, como simples *custos legis*, têm legitimação para interpor recurso adesivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

28) Quanto ao tipo, são populares ou democráticas as constituições que se originam de um órgão constituinte composto de representantes do povo, eleitos para o fim de as elaborar e estabelecer, como são exemplos as Constituições brasileiras de:

- a) 1824, 1937, 1967 e 1969;
- b) 1891, 1934, 1967 e 1988;
- c) 1891, 1934, 1946 e 1988;
- d) 1824, 1934, 1937 e 1967;
- e) 1891, 1934, 1967 e 1988.

29) São direitos dos trabalhadores domésticos previstos na Constituição, **exceto**:

- a) décimo terceiro salário;
- b) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço;
- c) previdência social;
- d) licença paternidade;
- e) piso salarial da categoria.

30) O Estado Democrático de Direito, consagrado na Lei Maior de 1988, adota como direitos individuais, **exceto**:

- a) a liberdade plena de associação para todos os fins;
- b) o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- c) a inviolabilidade do direito à vida;
- d) a manifestação do pensamento;
- e) a impenhorabilidade da pequena propriedade rural, assim definida em lei, para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, desde que trabalhada pela família, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

31) Analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

I - O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados os nomes pela maioria absoluta do Senado Federal;

II - O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de vinte e sete ministros, escolhidos dentre brasileiros natos com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado;

III - O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de trinta e três Ministros nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal;

IV - Os Tribunais Superiores poderão, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei;

V - Aos juízes é vedado: exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério; receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo; dedicar-se à atividade político-partidária; receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em leis; exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) todas as proposições estão incorretas;
- c) somente as proposições I, III e V estão corretas;
- d) somente as proposições II e IV estão corretas;
- e) somente a proposição I está incorreta.

32) Analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a alternativa **correta**:

I – O mandado de injunção consiste em uma ação constitucional de caráter civil e de procedimento especial, que visa suprir uma omissão do Poder Público, no intuito de viabilizar o exercício de um direito, uma liberdade ou uma prerrogativa prevista na Constituição; é possível na modalidade coletiva;

II – Possuem legitimação constitucional para a propositura da ação popular: o cidadão, seja o brasileiro nato ou naturalizado, inclusive aquele entre 16 e 18 anos e, ainda, o português equiparado, no gozo de seus direitos políticos;

III – O mandado de segurança coletivo terá por objeto a defesa dos mesmos direitos do mandado de segurança individual, porém direcionado à defesa dos interesses coletivos em sentido amplo, englobando os direitos coletivos em sentido estrito, os interesses individuais homogêneos e os interesses difusos, contra ato ou omissão ilegais ou com abuso de poder de autoridade, desde que presentes os atributos da liquidez e certeza;

IV – Pode-se definir o *habeas data* como o direito que assiste a todas as pessoas de solicitar judicialmente a exibição dos registros públicos ou privados, nos quais estejam incluídos seus dados pessoais, para que deles se tome conhecimento e, se necessário for, sejam retificados os dados inexatos ou obsoletos ou que impliquem discriminação;

V - O *habeas corpus* deverá ser impetrado contra o ato do coator, que poderá ser tanto autoridade como particular.

- a) apenas a proposição V está incorreta;
- b) apenas as proposições II e III estão corretas;
- c) apenas as proposições I, III e V estão incorretas;
- d) todas as proposições estão incorretas;
- e) todas as proposições estão corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

33) Para tornar efetiva, no mecanismo estatal, a submissão da Administração Pública à ordem jurídica, existe um sistema de controle de suas atividades, sendo **incorreto** afirmar que:

- a) o controle poderá se dar de maneira interna, exercido por órgãos da própria Administração, isto é, integrantes do aparelho do Poder Executivo;
- b) o controle administrativo ou interno é um autocontrole dentro da Administração Pública, tendo por objetivos corrigir os defeitos de funcionamento interno do organismo administrativo, aperfeiçoando-o no interesse geral, e ensejar reparação a direitos ou interesses individuais, que possam ter sido denegados ou preteridos em consequência de erro ou omissão na aplicação da lei;
- c) somente pessoas tecnicamente qualificadas podem suscitar o controle da Administração para que seja sancionado o agente que haja incidido em “abuso de autoridade”;
- d) a Administração, como um todo, deverá manter sistema de controle interno com a finalidade, dentre outras, de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- e) nos termos da Constituição Federal, o controle externo compreende o controle parlamentar direto, o controle indireto, por intermédio do Tribunal de Contas, e o controle jurisdicional.

34) Com relação à motivação do ato administrativo, é **incorreto** dizer que:

- a) não se confunde motivo do ato administrativo com a motivação feita pela autoridade administrativa;
- b) a motivação integra a “formalização” do ato, sendo requisito formalístico dele;
- c) trata-se da *exposição* de motivos, a fundamentação na qual são enunciados a regra do Direito habilitante, os fatos em que o agente se estribou para decidir e, muitas vezes, obrigatoriamente, a enunciação da relação de pertinência lógica entre os fatos ocorridos e o ato praticado;

- d) diante do princípio da transparência, a motivação do ato administrativo, assim como das decisões judiciais, se tornou essencial à validade do ato, salvo quando a própria lei dispensar a exigência;
- e) cabendo ao administrador eleger a melhor oportunidade administrativa, a motivação do ato tornou-se desnecessária em qualquer hipótese.

35) Os bens públicos, no direito brasileiro, são marcados por características de regime. Sobre o tema, assinale a resposta **incorreta**:

- a) a inalienabilidade ou alienabilidade nos termos da lei, são características dos bens públicos de uso do povo e os de uso especial, enquanto conservem a sua qualificação, na forma que a lei determinar;
- b) os bens públicos dominicais não podem ser alienados;
- c) os bens públicos não estão sujeitos a usucapião, ainda que seja ocupado por aquele que, não sendo proprietário rural ou urbano, possa ter como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela moradia;
- d) a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional;
- e) são bens dos Estados Federados, dentre outros, as áreas, nas ilhas oceânicas, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios e terceiros.

DIREITO PENAL

36) Os crimes contra a organização do trabalho, capitulados nos arts. 197 a 207 do Código Penal, serão processados e julgados perante:

- a) Juízes Federais;
- b) Juízes do Trabalho;
- c) Juízes de Direito;
- d) Tribunal Regional Federal;
- e) Tribunal Regional do Trabalho.

37) O crime de abuso de autoridade sujeita o agente público federal, estadual ou municipal:

- a) à responsabilidade civil e penal;
- b) à responsabilidade penal e administrativa;
- c) à responsabilidade penal;
- d) à responsabilidade civil e administrativa;
- e) à responsabilidade penal, civil e administrativa.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

38) São funções das missões diplomáticas elencadas no art. 3º da Convenção de Viena, **exceto**:

- a) representar o Estado acreditante perante o Estado acreditado;
- b) proteger, no Estado acreditado, os interesses do Estado acreditante e de seus nacionais, dentro dos limites permitidos pelo Direito Internacional;
- c) negociar com o Governo do Estado acreditado;
- d) promover relações amistosas e desenvolver as relações econômicas e científicas entre o Estado acreditante e o Estado acreditado;
- e) envolver-se na política interna do Estado acreditado, sempre que assim determinar o Estado acreditante.

39) Analise as proposições abaixo e, a seguir, assinale a resposta **correta**:

I - Direito de legação é o direito de enviar e receber agentes diplomáticos;

II - As organizações internacionais nascem do acordo de vontades dos Estados e, uma vez constituídas, tornam-se independentes dos membros que as criaram, adquirindo personalidade jurídica internacional, conforme dispuser o seu tratado de constituição;

III - O Estado acreditado está obrigado a dar ao Estado acreditante as razões da negação do “*agrément*”.

IV - Agente diplomático é o chefe da Missão ou um membro do pessoal diplomático da Missão;

V - Os membros do pessoal diplomático da Missão deverão, em princípio, ter a nacionalidade do Estado acreditante.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) todas as proposições estão incorretas;
- c) somente uma proposição está incorreta;
- d) somente uma proposição está correta;
- e) somente três proposições estão corretas.

40) Em relação à imunidade do agente diplomático, é **correto** afirmar:

- a) gozará, apenas, da imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado;
- b) não possuirá qualquer imunidade de jurisdição no Estado acreditado, mas apenas isenção fiscal;

- c) o Estado acreditante não poderá renunciar à imunidade de jurisdição dos seus agentes diplomáticos;
- d) o agente diplomático gozará da imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado. Gozará, também, da imunidade de jurisdição civil e administrativa, a não ser que se trate de uma ação referente a qualquer profissão liberal ou atividade comercial exercida pelo agente diplomático no Estado acreditado fora de suas funções oficiais;
- e) a imunidade de jurisdição de um agente diplomático no Estado acreditado prorroga-se por todo o território internacional, inclusive no Estado acreditante.

DIREITO CIVIL

41) À revogação total de uma lei denomina-se:

- a) derrogação;
- b) ab-rogação;
- c) suspensão;
- d) cessação;
- e) presunção.

42) Cosme, proprietário rural, ajusta com Damiano, seu amigo, que lhe transferirá a propriedade de um sítio, no dia em que o parlamentarismo for escolhido como sistema de governo no Brasil. Após o ajuste do negócio, Cosme abandona os cuidados com a propriedade, que passa a ser ameaçada de destruição e invasão. O que Damiano pode fazer?

Assinale a alternativa **correta**:

- a) em se tratando de condição suspensiva, Damiano possui expectativa de direito em relação à propriedade do sítio, mas pode praticar os atos destinados à conservação do imóvel;
- b) o ajuste é inválido, porque a eficácia do ato depende de evento futuro e incerto;
- c) Damiano possui direito adquirido em relação à propriedade, em se tratando de condição resolutiva;
- d) Damiano possui expectativa de direito em relação à propriedade do sítio, sendo-lhe defeso a prática de qualquer ato de conservação;
- e) o negócio jurídico é inexistente, porque indeterminada a condição.

DIREITO COMERCIAL

43) À luz da Lei nº 8.078/90, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) considera-se contrato de adesão, para efeitos de aplicação do Código de Defesa do Consumidor, aquele que contém cláusulas estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo;
- b) a proteção jurídica ao consumidor se dá não pela presunção de vulnerabilidade dele no mercado de consumo, mas pela presunção de hipossuficiência do consumidor;
- c) a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;
- d) são nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que transfiram responsabilidades a terceiros;
- e) o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço de produtos não duráveis.

44) Assinale a alternativa **incorreta** em relação aos títulos de crédito:

- a) o cheque poderá ser emitido por mandatário com poderes especiais para tanto, sendo que o mandatário se obriga pessoalmente na hipótese em que não tenha poderes ou exceda os poderes a ele conferidos;
- b) a autonomia dos títulos de crédito verifica-se em função de que cada obrigação a eles relacionada não guarda relação de dependência com as demais;
- c) a perda ou extravio da duplicata obrigará o vendedor a extrair a triplicata, que terá os mesmos efeitos e requisitos e obedecerá às mesmas formalidades daquela;
- d) o direito mencionado no título de crédito é literal e autônomo;
- e) na letra de câmbio, se a quantia devida for indicada mais de uma vez em algarismo ou por extenso, prevalecerá a indicação que contiver a maior quantia.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

45) Segundo Sérgio Pinto Martins, “o Direito da Seguridade Social é um conjunto de princípios, de normas e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam, de prover as suas necessidades pessoais básicas e de suas famílias, integrado por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (*“Direito da seguridade social”*, 12ª ed. Atlas, 1999, p. 41).

Diante do exposto, é **incorreto** afirmar que o Poder Público deve organizar a seguridade social com base nos seguintes objetivos:

- a) irredutibilidade do valor dos benefícios e equidade na forma de participação no custeio;
- b) diversidade da base de financiamento;
- c) universalidade da cobertura e do atendimento;
- d) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações, observadas as características próprias da zona urbana e da zona rural;
- e) caráter democrático, e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e dos Governo nos órgãos colegiados.

46) Para garantir a solvabilidade do sistema de seguridade social, deve ser observado, de forma obrigatória, a seguinte norma ou procedimento:

- a) nenhuma instituição, pública ou particular, está isenta de pagamento de contribuição;
- b) a lei poderá instituir novas contribuições e exigir o seu pagamento, a partir do mês seguinte a da sua instituição;
- c) benefício ou serviço previdenciário poderá ser majorado ou estendido, por determinação judicial, correndo as despesas pelo fundo regular de arrecadação;
- d) a lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou a expansão da seguridade social, observando que a União poderá, mediante lei complementar, instituir impostos não previstos no artigo 153 da Constituição Federal, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios do discriminado na Constituição.
- e) as receitas das unidades federativas, destinadas à seguridade, integram o orçamento da União.

47) A respeito da decadência e da prescrição, é **incorreto** dizer que:

- a) é de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao recebimento da primeira prestação, ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo;
- b) prescreve em cinco anos, a contar da data em que teriam sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil;
- c) prescreve em dois anos, a contar da data da declaração da existência da relação de emprego anterior ao registro na Carteira de Trabalho, o prazo para pretender o cômputo do período para fins de benefícios e prestações;
- d) prescreve em cinco anos a prestação por acidente do trabalho, quando dele resultar a morte ou a incapacidade temporária, verificada esta em perícia médica a cargo da Previdência Social;
- e) prescreve em cinco anos a prestação por acidente do trabalho, em que for reconhecida, pela Previdência Social, a incapacidade permanente ou o agravamento das seqüelas do acidente.

48) A natureza jurídica dos regimes básicos previdenciários é:

- a) contratual;
- b) institucional;
- c) indenizatória;
- d) retributiva;
- e) securitária.

49) Em relação aos dependentes do segurado, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) a existência de um dependente de hierarquia superior exclui o direito dos dependentes inferiores;
- b) após o falecimento de dependente superior, o benefício não se transfere para os dependentes inferiores, só para os de mesma hierarquia;
- c) se há dependentes da mesma categoria, o benefício é dividido em partes iguais;

- d) se um dos filhos do segurado morre ou atinge à maioridade, sua parcela reverte para os demais, em partes iguais, da mesma categoria;
- e) com a edição do novo Código Civil, a lei previdenciária foi alterada, reduzindo para 18 anos a idade limite de dependência dos filhos.

50) Regra geral, assinale o benefício que não possui carência:

- a) auxílio-doença;
- b) aposentadoria por invalidez;
- c) aposentadoria especial;
- d) pensão por morte;
- e) aposentadoria por idade.